

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A IMPLANTAÇÃO E PROMOCÃO DA LEI 10.639 NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE ACOPIARA, CEARÁ.

A Lei nº 10.639, aprovada há 21 anos, exige a inclusão da História e Cultura AfroBrasileira nos currículos das escolas públicas e privadas. Embora muitos educadores tenham se esforçado para integrar esta legislação nos Projetos Político-Pedagógicos e na prática escolar, ainda existem desafios significativos na sua efetivação. A transição de um modelo educacional centrado na cultura europeia e ocidental para uma abordagem mais inclusiva e antirracista não é simples, especialmente em um contexto onde a desvalorização do trabalho docente e as mudanças globais afetam a educação. O racismo persistente e as novas formas de segregação, manifestadas através de práticas educativas, currículos rígidos e falta de formação adequada para professores, continuam a impactar a qualidade e a equidade da educação. Este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar a implementação da Lei nº 10.639 nas escolas públicas estaduais de Ensino Médio do município de Acopiara. Pretendem-se apresentar as práticas educativas que estão sendo desenvolvidas para garantir a efetivação da Lei 10.639/2003 e para incluir no currículo escolar destas escolas a História, a cultura, e as contribuições políticas, sociais e econômicas do povo negro.

Embora a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro Brasileira nas escolas, represente um marco significativo na promoção da equidade racial e na valorização da diversidade cultural no Brasil, ainda persistem desafios notáveis em sua plena implementação. Especificamente nas escolas públicas estaduais do município de Acopiara, esses desafios incluem a resistência à alteração de um currículo tradicionalmente eurocêntrico, a falta de formação adequada para os educadores no tratamento de questões afro-brasileiras e a ausência de práticas pedagógicas eficazes para abordar as questões raciais. Este estudo é justificável, pois visa preencher a lacuna existente entre a teoria da lei e a prática efetiva nas salas de aula por mim percebido ao longo dos meus 12 anos de coordenadora pedagógica nas escolas públicas estaduais.

Percebo que os Projetos Políticos Pedagógicos ainda trazem as questões de diversidade étnico de forma superficial e figurativo cabendo ao coordenador e ao grupo de professores da área de Humanas ou que se identificam, trabalhar a temática de forma individual e compartilhada, e na maioria das vezes, cumprindo apenas a obrigatoriedade da agenda da Secretaria de Educação Estadual. Não há em seus planejamentos uma agenda de Formação Continuada dos sujeitos escolares voltada para as relações étnico-raciais e o material pedagógico: livros, jogos educativos é escasso ou inexistente. As atividades geralmente se restringem ao 20 de Novembro e são realizados de forma celebrativa e sua grande maioria reforçam o preconceito e o racismo. Desta forma, ao investigar as práticas atuais e a formação dos professores, a pesquisa contribuirá para a compreensão de como as leis têm sido aplicadas na prática e qual o impacto real dessas aplicações na construção de uma escola mais inclusiva e antirracista. Os resultados esperados podem fornecer diretrizes importantes que contribuam para a efetivação do Plano Estadual de Educação (PEE) quando coloca como uma de suas principais diretrizes a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação e garante em sua meta 8 elevar a escolaridade de todos os jovens cearenses de forma igualitária sem que haja reprodução das desigualdades sociais relacionadas à etnia, à classe social e a outros fatores que estão entrelaçados e estão entrelaçados às condições socioeconômicas dos indivíduos para aprimorar a formação de professores, ajustar as práticas pedagógicas e promover uma educação mais equitativa e respeitosa para todos os sujeitos escolares. Portanto, é essencial e relevante identificar e superar as barreiras que impedem a plena efetivação das leis, oferecendo compreensão sobre como melhorar a aplicação das políticas públicas e garantir que a educação escolar reflita e valorize a diversidade étnico-racial, promovendo um ambiente escolar mais justo e inclusivo. Sendo necessário, avaliar o impacto real da Lei nº 10.639/2003 nas práticas educativas das escolas de Acopiara. Embora a lei represente um passo crucial na construção de uma educação mais inclusiva e antirracista, a sua implementação enfrenta desafios significativos. Estes desafios incluem a persistência de práticas educativas que não refletem adequadamente a diversidade étnico-racial e a falta de estratégias eficazes para a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo

escolar. Analisar a implementação da Lei 10.639/2003 Escolas Públicas Estaduais de Ensino Médio do Município de Acopiara – CE traz como objetivos: identificar as estratégias que as escolas utilizam para enfrentamento ao racismo, analisar as práticas docentes escolares antirracistas, avaliar o papel dos professores na implementação da Lei 10.639/03 bem como identificar as possibilidades de resistências de educandos e educadores diante das práticas reguladoras.